



A precariedade segundo Bourdieu

Linauro Pereira de Souza Neto¹

Resumo

O presente artigo almeja analisar o conceito de precariedade, à luz do contributo bourdiano sobre o tema. O método adotado se deu por meio de uma articulação entre revisão bibliográfica e aproximação inicial do conceito investigado, para amadurecimento teórico e posterior imersão em pesquisa empírica sobre a precarização. O ensaio bibliográfico utilizou-se de trabalhos científicos relevantes da sociologia e das ciências humanas contemporâneas, além de algumas pesquisas empíricas sobre a precariedade no Brasil. O resultado apontou para o esforço do sociólogo francês em construir um conceito que pudesse contribuir para a melhor compreensão da chamada flexploração, processo que teve uma rápida expansão e que, hoje, impõe uma nova organização do trabalho, com nítida precarização das relações laborais. A conclusão indicou a importância das elaborações conceituais em torno da precariedade, já que representam uma tentativa de compreensão e extração da sua lógica histórica no capitalismo contemporâneo, com reflexos científicos e políticos.

Palavras-chave: Bourdieu. Trabalho. Precariedade. Flexibilidade.

Introdução

O artigo tem por objetivo analisar o conceito bourdiano de precariedade, a partir da principal exposição do sociólogo sobre o tema, que se deu em uma das edições dos *Encontros europeus contra a precariedade*, realizado em Grenoble, França, entre os dias 12 e 13 de dezembro de 1997, e que fora sistematizada posteriormente no livro denominado *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*, publicado no ano seguinte.

Em nossa investigação sobre a Precarização Social do Trabalho, verificamos que muitos pesquisadores utilizam o sociólogo francês para construção do marco teórico dos seus trabalhos empíricos, mas, apesar de a visão particular de Bourdieu sobre a precariedade ser bastante referenciada, não encontramos um artigo especialmente dedicado à sua conceituação sobre o fenômeno.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFBA, Salvador – BA.



Enquanto metodologia, o presente artigo pretende realizar uma revisão bibliográfica sobre o prisma bourdiano da precariedade, ou seja, uma discussão conceitual que propicie a aplicação posterior dos avanços aqui encontrados em outras pesquisas empíricas acerca das transformações do mundo do trabalho contemporâneo.

O objetivo do presente trabalho é contribuir com a compreensão do fenômeno da precariedade, especialmente sobre o seu conceito, natureza e localidade na atual conjuntura do capitalismo, à luz do assertivo bourdiano sobre o tema. A estruturação do texto se deu com a sua divisão em pontos, em função da necessidade de melhor organização do tema.

O conceito de precariedade em Bourdieu

Diversos estudos e pesquisas, desde os anos de 1990, têm procurado evidenciar a consolidação da flexibilização e precarização e o seu caráter multidimensional – compreendendo as dimensões econômica, política, social e cultural –, que se realiza nos planos macro, microsocial e do indivíduo, assumindo configurações específicas de etnia, gênero, geracionais e de novas interrelações entre família e indivíduo, redefinindo as relações sociais e o tecido social (DRUCK; FRANCO, 2011, p. 9).

Nesse contexto, nos estudos e pesquisas sobre as transformações do mundo do trabalho vivenciadas nas últimas décadas, verifica-se, de maneira recorrente, a utilização do conceito de precariedade na forma dada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu para a construção do marco teórico², notadamente em pesquisas empíricas da Sociologia do Trabalho voltadas ao fenômeno da precarização no Brasil.

Inicialmente, faz-se importante destacar que precarização e precariedade, apesar de se relacionarem ao mesmo fenômeno social, não são exatamente sinônimas.

Os processos de precarização social³ podem ser entendidos enquanto processos de institucionalização da instabilidade, caracterizados pelo crescimento de diferentes formas de precariedade e de exclusão, que se apoiam na precarização do

² Druck (2011, p. 44), Druck & Franco (2011, p. 9-13), Lessa (2016, p. 206-208), Lustosa (2010, p. 1-2), Sá (2010, p. 91-105), Teixeira (2005, p. 138), dentre outros.

³ Segundo Druck (2011, p. 39), a precarização social do trabalho pode ser compreendida como “um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, [...]”.



desemprego e do trabalho. *Pari passu*, precariedades podem ser compreendidas enquanto situações específicas resultantes desses processos, ou seja, apesar de próximos, os conceitos referem-se a estágios ou dimensões diversos do mesmo fenômeno (HIRATA, 2009).

Por conseguinte, é preciso sublinhar que, no pensamento bourdiano, o funcionamento da ordem econômica assenta-se na manutenção da ordem simbólica, o que, por certo, o afasta de uma leitura marxiana da realidade, em que as ideias, muito embora dialeticamente entrelaçadas ao real e ao movimento de todas as coisas existentes, estão sempre inseridas e, portanto, atreladas a uma ordem material existente, a uma realidade concreta.

Talvez por isso mesmo, Bourdieu (1998) opte por um conceito de precariedade plural, em que os seus efeitos atravessam tempo e espaço para alcançar, em todas as partes, as mais diversas instituições sociais na contemporaneidade, com um objetivo muito claro na ordem simbólica em que se inserem os homens e as mulheres:

No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicam as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc., onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e espaço (BOURDIEU, 1998, p. 72).

Vê-se que o pensamento bourdiano identifica a precariedade a partir de um olhar crítico sobre a realidade social e, ainda que corresponda à segunda metade dos anos de 1990, apresenta-se bastante atual. O objeto da precariedade, que corresponde a uma ação social específica e consciente um tanto quanto niilista, é o da desestruturação da própria existência, da degradação das relações do homem com o mundo e consigo mesmo, em outras palavras, do capitalismo enquanto nêmesis de si mesmo. Ainda assim, trata-se de uma vontade política, que se apoia na flexibilidade⁴ como estratégia, e não de uma mera fatalidade econômica, que seria dada, supostamente, pela mundialização (DRUCK, 2011).

⁴ Robert Castel (1997, p. 338) acrescenta que "la empresa podía recurrir a la subcontratación (flexibilidad externa), o formar a su personal con flexibilidad y polyvalencia para hacer frente a toda la gama de situaciones nuevas (flexibilidad interna). En el primer caso, la preocupación de asumir las fluctuaciones del mercado se confía a empresas satélites. Ellas podían hacerlo, al precio de una gran precariedad de las condiciones del trabajo y de considerables riesgos de desempleo. En el segundo caso, la empresa se hace cargo de la



Para Bourdieu (1998, p. 72), a precariedade afeta indiscriminadamente tanto homens como mulheres⁵, impedindo qualquer antecipação racional, ou seja, tornando o futuro incerto, mas não apenas, abalando também profundamente o sistema de crenças e o de esperança que são necessários ao ato de revolta, sobretudo coletiva, “contra o presente, mesmo o mais intolerável”, afetando não apenas a expectativa de um futuro melhor, mas, ainda, qualquer ideal emancipatório.

A precariedade está presente em todos os momentos, em todos os cérebros, atormentando as consciências e os inconscientes (BOURDIEU, 1998). No atual estágio capitalista de crise, a precariedade atormenta a todos aqueles que dependem do trabalho para a própria manutenção, com exceção, talvez, apenas daqueles que se beneficiam de uma ordem de instabilidade, insegurança e concorrência entre os próprios trabalhadores:

A existência de um importante exército de reserva, que não se acha mais apenas, devido à superprodução de diplomas, nos níveis mais baixos de competência e de qualificação técnica, contribui para dar a cada trabalhador a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um privilégio, e um privilégio frágil e ameaçado (BOURDIEU, 1998, p. 72).

Segundo o sociólogo francês (1998, p. 73), a insegurança *objetiva* funda uma insegurança *subjéctiva* generalizada, que continua afetando ainda hoje, no cerne das economias altamente desenvolvidas, “o conjunto dos trabalhadores e até aqueles que não estão ou ainda não foram diretamente atingidos”.

Desse modo, Bourdieu (1998, p. 73) aponta como consequência da precariedade não apenas a condição objetiva dos indivíduos, mas também a formação de uma espécie de “mentalidade coletiva”, na ausência de melhor expressão, que levou, em princípio, à desmoralização e desmobilização observadas nos países subdesenvolvidos, “afligidos por taxas de desemprego ou de subemprego muito elevadas e habitados permanentemente pela obsessão do desemprego”.

Assim, ainda que esteja em todos os lugares, a precariedade está mais presente, exatamente, nos locais em que há altas taxas de desemprego e subemprego e forte concorrência interna da classe trabalhadora.

adaptación de su personal a los cambios tecnológicos, pero al precio de eliminar a quienes no son capaces de ponerse a la altura de las nuevas normas de excelencia”.

⁵ O sociólogo francês Alain Bihr (1998, p. 86), sobre a fragmentação do proletariado, sublinha que “todos os estudos efetuados sobre o desenvolvimento do desemprego e da instabilidade mostram que estes tendem a reativar e a reforçar as antigas divisões e desigualdades de *status* no seio do proletariado: atingem mais os trabalhadores não-qualificados que os qualificados, as mulheres que os homens, os jovens ou idosos que os adultos, os estrangeiros que os nacionais”.



Naquilo que poderia ser um diálogo com Lenin, Bourdieu (1998, p. 73) aponta que a precariedade, através do desemprego e da instabilidade, corrói o aspecto subjetivo dos trabalhadores enquanto classe, ou seja, a sua pontencialidade de mobilização, exatamente “por terem sido atingidos em sua capacidade de projetar o futuro”; mas, a capacidade de projetar o futuro (para si e para os outros) é condição indispensável à racionalidade, “a começar pelo cálculo econômico, ou, em outra ordem completamente diferente, pela organização política”.

De acordo com o pensador russo (1989, p. 97), um ato insurrecional da classe dependeria de que a maioria dos operários (ou, ao menos, a maioria daqueles mais politicamente ativos) compreendesse a fundo a necessidade de uma revolução e que estivesse disposto a doar sua vida por este projeto. Para ambos os autores, portanto, a capacidade subjetiva dos trabalhadores de se compreender enquanto classe, de projetar o seu próprio modelo de sociedade e de organizar-se por meio da organização política é essencial a qualquer ato emancipatório:

[...] para conceber um projeto revolucionário, isto é, uma ambição raciocinada de transformar o presente por referência a um futuro projetado, é preciso ter um mínimo de domínio sobre o presente. O proletário, ao contrário do subproletário, tem esse mínimo de garantia presente, de segurança, que é necessário para conceber a ambição de mudar o presente em função do futuro (BOURDIEU, 1998, p. 73).

Ainda assim, segundo o ideal bourdiano as garantias e seguranças do trabalho, ainda que exaustivo e mal pago, que permitem ao proletário ambicionar a revolução, conduz muitas vezes a condutas “excessivamente prudentes ou mesmo conservadoras” em função “do temor de recair, ainda mais, no subproletariado⁶” (BOURDIEU, 1989, p. 97).

Com o aumento elevado da taxa de desemprego – ou mesmo quando o desemprego se alça a ares estruturais⁷ – a precariedade alcança amplos setores da classe trabalhadora, especialmente aqueles com vínculos laborais mais frágeis,

⁶ Conforme Marx (2011a, p. 91), o subproletariado ou ainda o lumpemproletariado parisiense do ano de 1849 era constituído por “*Roués* decadentes com meios de subsistência duvidosos e de origem duvidosa, rebentos arruinados e aventureiros da burguesia eram ladeados por vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, *lazzaroni*, batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, *maquereaux*, donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapaceiros, amoladores de tesoura, funileiros, mendigos, em suma, toda essa massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro, [...]” e, por isso mesmo, facilmente – politicamente – controlada pela burguesia.

⁷ Segundo Mészáros (2011, p. 674), o desemprego é estrutural pois a) suas bases são de ordem mundial e b) é insuperável na ordem do sistema capitalista, “quando uma proporção sempre crescente de trabalho vivo se torna força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital”.



proporciona uma maior subsunção do trabalho ao capital e impõe uma dupla concorrência entre os obreiros, *pelo* trabalho e *no* trabalho:

Essa concorrência, às vezes tão selvagem quanto a praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira luta de todos contra todos, destruidora de todos os valores de solidariedade e humanidade, e, às vezes, de uma violência sem rodeios (BOURDIEU, 1998, p. 74).

Bourdieu (1998, p. 74) acrescenta que a precariedade atua diretamente sobre aqueles que ela afeta (objetiva e subjetivamente) e indiretamente também sobre todos os outros trabalhadores, “pelo temor que ela suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de precarização, como a introdução da famosa ‘flexibilidade⁸’”. A precariedade, embora oriunda tanto de razões políticas quanto econômicas, aparece como produto de uma vontade política específica, “e não como uma fatalidade econômica, identificada com a famosa ‘mundialização⁹’”.

O desemprego, o acirramento da dupla concorrência entre os trabalhadores e a flexibilidade se somam nessa nova estratégia de gestão: reforçam a insegurança e alimentam o rebaixamento constante de custos, “pondo o trabalhador em risco permanente de perder o seu trabalho”. Além disso, no processo da precarização, um outro aspecto importante é o da desterritorialização, que desloca o universo da produção, material e cultural, pública e privada, que antes ligado a um contexto nacional, ultrapassa-o, tendendo a aproximar-se cada vez mais ao que se chama de “empresa-rede¹⁰” (BOURDIEU, 1998, p. 74).

A “empresa-rede” ou multinacional mobiliza o capital para as economias que pagam salários menores, aumentando a concorrência entre os trabalhadores agora em escala mundial:

⁸ Consoante Harvey (1992, p. 181-184), “[...] a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo [pode ser entendida] antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo [...], parece de fato importante acentuar o grau até o qual a acumulação flexível tem de ser considerada uma combinação particular e, quem sabe, nova de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação do capital”.

⁹ Para Chesnais (2001, p. 7-9), “[n]a expressão neutra da “mundialização da economia” e seu corolário mais explícito da “vitória do mercado”, esconde-se um modo específico de funcionamento e de dominação política e social do capitalismo [...], a mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde “a relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho” aparece mais uma vez e com uma força renovada, “como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos”.

¹⁰ A “empresa-rede”, conforme define o próprio Bourdieu (1998, p. 74), é aquela que “se articula na escala de um continente ou do planeta inteiro, conectando segmentos de produção, conhecimentos tecnológicos, redes de comunicação, percursos de formação dispersos entre lugares muito afastados”, reunindo elementos das chamadas corporações e empresas multinacionais.



A empresa nacional (ou até nacionalizada), cujo território de concorrência estava ligado, mais ou menos estritamente, ao território nacional, e que saía para conquistar mercados no estrangeiro, cedeu lugar à empresa multinacional, que põe trabalhadores em concorrência, não mais apenas com os seus compatriotas, ou mesmo, como querem nos fazer crer os demagogos, com os estrangeiros implantados no território nacional, que, evidentemente, são de fato as primeiras vítimas da precarização, mas com trabalhadores do outro lado do mundo, que são obrigados a aceitar salários de miséria (BOURDIEU, 1998, p. 75).

Bourdieu (1998, p. 75) relaciona sempre os dois aspectos da precariedade, objetivo e subjetivo, sublinhando que a insegurança generalizada e permanente visa, intencionalmente, obrigar os trabalhadores “à submissão, à aceitação da exploração”, um novo modo de dominação sem precedentes, ainda que com efeito diverso daquele selvagem verificado no capitalismo de origem. Segundo o sociólogo francês, um dos participantes daquele *Encontro europeu contra a precariedade* propôs o conceito de “flexploração” para designação do novo fenômeno.

Nesse contexto, a gestão da insegurança e a dupla concorrência entre os trabalhadores (*pelo* trabalho, *no* trabalho, interna e externamente aos Estados-nações), inclusive naqueles países de economia avançada, que contam com importantes conquistas sociais e resistências sindicais melhor organizadas, “acabam por quebrar as resistências e obterem a obediência e a submissão, por mecanismos aparentemente naturais”. Essas são as disposições produzidas pela precariedade, um adensamento da lógica de exploração imposta pelo capitalismo em crise, que ainda divide a classe trabalhadora entre empregados e desempregados e lhes diminui a capacidade de enfrentamento (BOURDIEU, 1998, p. 75).

Portanto, segundo o pensamento bourdiano (1998, p. 75), não há que se falar de um quadro inaugurado por um “regime econômico regido por leis inflexíveis”, mas de um “regime político que só pode se instaurar com a cumplicidade ativa ou passiva dos poderes propriamente políticos”, ainda que, no pensamento da economia política marxiana, essa relação entre a economia e a política seja organicamente conectada¹¹, com reflexos táticos e estratégicos¹².

¹¹ Conforme Marx (2011b, p. 43), “A saber, que toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo etc. A insipiência e o desentendimento consistem precisamente em relacionar casualmente o que é organicamente conectado, em reduzi-lo a uma mera conexão de reflexão”.

¹² Na carta endereçada a Ludwig Kugelmann, em 12 de abril de 1871, Marx (2011c, p. 208) afirma que “se olhares o meu *O 18 de brumário*, constatarás que considero que o próximo experimento da Revolução Francesa consistirá não mais em transferir a maquinaria burocrático-militar de uma mão para outra, como feito até então, mas sim em *quebrá-la*, e que esta é a precondição de toda revolução popular no continente” (itálicos originais).



Segundo Bourdieu (1998, p. 75-76), é possível lutar politicamente contra esse regime político em dois momentos, em face dos efeitos da precariedade: a) inicialmente, através de ação caritativa ou caritativo-militante, encorajando os trabalhadores à resistência coletiva, “ajudando-os a viver, a “aguentar” e a comportar-se, a salvar sua dignidade, a resistir à desestruturação”, inclusive em escala internacional, isto é, “no mesmo nível em que se exercem os efeitos da política de precarização”; e b) *a posteriori*, seria preciso “desvencilhar os trabalhadores da lógica das antigas lutas”, ou seja, daquelas fundadas apenas em reivindicações ocupacionais e salariais e que “os restringem ao trabalho e à exploração (ou à flexploração) que ele autoriza”. Isto seria possível por meio da luta por: b1) redistribuição do trabalho, “através de uma forte redução da carga semanal de trabalho em escala europeia”; e b2) redistribuição do tempo de trabalho, com a “redefinição da distribuição entre o tempo de produção e o tempo do reprodução, o repouso e o lazer”.

Eis o caminho revolucionário que, consoante o pensamento bourdiano, deveria começar pelo abandono da visão individualista, que reduz os agentes a meros “calculadores ocupados em resolver problemas, problemas estritamente econômicos”. Por conseguinte, seria preciso que os trabalhadores fornecessem ao sistema econômico “suas próprias condições de produção e reprodução, mas também as condições de funcionamento do próprio sistema econômico, a começar pela crença na empresa, no trabalho, na necessidade do trabalho etc.” (BOURDIEU, 1998, p. 76).

Enfim, seriam exatamente esses os fatores excluídos, *a priori*, pelos economistas ortodoxos da sua contabilidade abstrata, que recorrem sempre a atribuir a responsabilidade da produção e reprodução às “condições econômicas e sociais ocultas” do funcionamento da economia, aos indivíduos ou ao Estado (BOURDIEU, 1998, p. 76).

Conclusão

Na atual configuração do capitalismo, a precarização social do trabalho e o desemprego são estruturais, ou seja, essenciais à sua própria dinâmica de acumulação flexível. Nesse contexto, dentre os novos padrões de gestão e organização do trabalho adotados nas empresas, a flexploração exerce papel central, pela precariedade que proporciona nas relações laborais, intensificando o tempo social e a concorrência entre os próprios trabalhadores, em razão da urgência empreendida pelos investimentos financeiros, e propagando-se de forma sistêmica, em todos os setores, com graves consequências para a vida e o labor.



Por isso mesmo, revela-se de crucial importância os esforços de sistematização empreendidos na produção teórica sobre a precariedade, notadamente nas ciências sociais, como o realizado por Bourdieu, já que representam uma tentativa de compreensão e extração da sua lógica histórica no capitalismo contemporâneo, com reflexos científicos e políticos.

Apesar de uma possível polêmica quanto à definição do conceito de precariedade, à sua delimitação e consequências políticas, ou seja, aos desdobramentos táticos e estratégicos para o projeto emancipatório dos trabalhadores, na definição proposta pelo sociólogo francês, é inegável a sua contribuição para a compreensão desse fenômeno singular da nossa contemporaneidade e a riqueza de sua aplicação empírica, principalmente a partir da articulação com outros importantes conceitos, tais como: flexibilidade, neoliberalismo, mundialização, fragmentação, concorrência, subproletariado, flexploração e empresa-rede, dentre outros.

O pensamento bourdiano, a partir das reflexões sobre a precariedade, ainda que seja preciso assentar críticas a uma série de outros fatores para a construção de um projeto de nova sociedade, aponta dois pontos essenciais para tanto: que o trabalho seja acessível a todos, e que isso possibilite uma diminuição do tempo de trabalho em geral em relação à reprodução da vida, em todas as suas dimensões. Todavia, uma mudança de tal monta contraria o *zeitgeist* do capitalismo da era financeira em crise: diminuição do tempo social com o aumento do desemprego e da exploração.

Referências

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.

CASTEL, Robert. **Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado**. Barcelona: Paidós, 1997.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, n. 5, p. 7-9, fev. 2001.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe. 01, p.40-44, 2011.

_____; FRANCO, Tânia. Trabalho e precarização social. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe. 01, p. 9-13, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 181-184.



HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Por Alegre, v. 11, n. 21, p. 25, jan./jun., 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo, Global Editora: 1989.

LESSA, Rafaela Ribeiro Zauli. A precariedade está por toda parte: um estudo das origens e consequências da precariedade do trabalho no mundo globalizado. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 34, p. 203-217, ago. 2016.

LUSTOSA, Dayane Sanara de Matos. Flexibilização/precarização das relações de trabalho no Brasil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XIII, n. 75, p. 1-2, abr. 2010.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011b.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SÁ, Teresa. "Precariedade" e "trabalho precário": consequências sociais da precarização laboral. **Configurações**, n. 7, p. 91-105, 2010.

TEIXEIRA, Karla Viana. Resistências e adaptações à precarização do trabalho docente na UFU. **Caderno CEMARX**, n. 02, p. 138, 2005.